

Veja a série completa

folha.com/desigualdadeglobal

• **A revolta da classe média**
Europa reage com brexit e os 'coletes amarelos'

• **A metade estagnada**
Nos EUA, renda dos mais pobres não aumenta

• **Miséria perto do fim**
China e Índia tiram milhões da pobreza

• **O pior do mundo**
África do Sul não avança após fim do apartheid

Entre as democracias, Brasil lidera concentração de renda

Miséria no país despencou de 32% em 1994 para 8% em 2014, quando recessão a fez aumentar para 11%

Nenhuma outra nação democrática concentra mais renda no 1% mais rico que o Brasil. Essa fatia da população recebe, em média, R\$ 140 mil mensais por indivíduo.

O quadro brasileiro é tema do quinto e último capítulo da série "Desigualdade Global", que percorreu oito países em quatro continentes ao longo de cinco meses.

A parcela de miseráveis no país despencou de 32% em 1994 para 8% em 2014, quando começou uma recessão que fez o índice voltar a subir, chegando aos atuais 11%.

Do fim daquele ano até junho último, a renda per capita do trabalho dos super-ricos subiu 10,1%. Já o rendimento dos 50% mais pobres registrou queda de 17,1%.

O Brasil também viu sua classe média empobrecer. De 2001 a 2015, esse grupo perdeu participação nos rendimentos totais, de 33,1% para 30,6%. **Mundo A10 a A14**

Desigualdade global



Mulher joga tênis em quadra de prédio de alto padrão no bairro do Morumbi, zona sul de São Paulo, com a vizinha favela de Paraisópolis ao fundo. Lalo de Almeida/Folhapress

Desigualdade global

Entre as democracias, Brasil lidera concentração de renda

O 1% mais rico concentra 28,3% do total de rendimentos, índice só superado pelo autocrático Qatar; na crise, miséria voltou a subir, mas houve forte queda nos anos 2000

Fernando Canzian, Fernanda Mena e Lalo de Almeida (fotos)

BRASIL O morro do Vidigal no Rio de Janeiro tem esse nome em memória do major Miguel Nunes Vidigal (1745-1843), chefe da polícia colonial no início do século 19. Tido como cruel em seu tempo, era considerado o terror dos escravos fugidos e temido pela população pobre do Rio. Em 1820, Vidigal ganhou as terras no morro de monges beneditinos, que antes as haviam recebido de presente do visconde de Asseca, nobre de privilégios e protegido pela coroa portuguesa.

É do alto de sua pequena casa no Vidigal que Wallace Guimarães, 28, tem a visão panorâmica da desigualdade brasileira.

Ela começa por telhas velhas sobre casas precárias, "gatos" de energia e caixas d'água azuis, passa por cima de prédios, hotéis de luxo e as praias brancas do Leblon e de Ipanema até alcançar o Pão de Açúcar, no meio do caminho em direção ao centro do Rio.

Foi olhando para esse cenário que Guimarães tentou melhorar sua posição relativa há dois anos, investindo no Vidigal o maior dinheiro que já conseguiu juntar na vida: R\$ 12 mil para abrir a primeira do que esperava ser uma rede de barbearias.

Ganhando até R\$ 2.000 por semana como uma espécie de "faz tudo" na produção de filmes e comerciais de TV, ele abriu o negócio em 2017. O plano era aumentar a renda e se tornar independente.

"A gente via o pessoal saindo da classe D e indo para a C e pensava: 'Uma hora sou eu'. E já estava melhor. Comia e bebia melhor, tinha planos de



Veja a série completa 'Desigualdade Global'

A **Folha** percorreu Europa, Estados Unidos, China, Índia, África do Sul e Brasil para investigar os efeitos das disparidades de renda no mundo sobre os eleitores e o crescimento dos países. Confira todos os textos, entrevistas e documentários em vídeo em folha.com/desigualdadeglobal

comprar um carro", diz.

"De repente, bum! Veio essa crise. O trabalho parou, a barbearia não se pagou e terminei pior do que antes, quase sem trabalho e com dívidas."

Guimarães até que foi longe, pois a maioria dos brasileiros, sobretudo os mais pobres, começou a naufragar antes na última recessão, que se estendeu do segundo trimestre de 2014 ao fim de 2016.

Mas, ao final, ele também

sucumbiu e acabou se juntando ao grupo que mais sofreu: os jovens, que perderam cerca de 15% da renda na crise.

Na média geral, a queda de rendimentos desde o fim de 2014 é de 2,6%; e o país segue no negativo após a lenta recuperação do último biênio.

“Foi um tombo que levou a economia a perder ainda mais a sua força, pois são os mais pobres que consomem grande parte de sua renda”, diz Marcelo Neri, diretor do FGV Social, que analisa esses dados.

Mas a crise acentuada nos estratos mais pobres, e em regiões como Norte e Nordeste, não levou só à queda dos rendimentos e à redução do crescimento econômico.

Ela provocou também um aumento da desigualdade de renda por mais de quatro anos consecutivos (17 trimestres). Foi algo que não ocorreu nem no período anterior a 1989, ano de desigualdade recorde.

Dados do FGV Social dão a dimensão da piora na concentração: do fim de 2014 a junho deste ano, a renda per capita do trabalho dos 10% mais ri-

cos subiu 2,5% acima da inflação; e a do 1% mais rico, 10,1%.

Já o rendimento dos 50% mais pobres despencou 17,1%; e dos 40% “do meio” (a classe média entre os mais ricos e os mais pobres), caiu 4,2%.

Isso levou o índice de Gini a 0,629, muito próximo ao recorde da série desde 2012 (medido de 0 a 1, quanto mais perto de 1, pior a desigualdade).

Segundo o Relatório da Desigualdade Global, da Escola de Economia de Paris, o Brasil é hoje o país democrático que mais concentra renda no 1% do topo da pirâmide.

Só o Qatar, emirado árabe absolutista de 2,6 milhões de habitantes e governado pela mesma dinastia desde meados do século 19, supera, por pouco, o Brasil.

A partir de dados que combinam pesquisas domiciliares, contas nacionais e declarações de imposto de renda, o relatório mostra que esse 1% super-rico (cerca de 1,4 milhão de adultos) captura 28,3% dos rendimentos brutos totais e recebe individualmente, em média, R\$ 140 mil

por mês pelo conjunto de todas as suas rendas.

Como comparação, os 50% mais pobres (71,2 milhões com renda média de R\$ 1.200) ficam com 13,9% do conjunto de todos os rendimentos, menos da metade do que é recebido pelo 1% no topo.

Mesmo considerando os 10% mais ricos, o Brasil empata com a Índia e só perde para a África do Sul no ranking dos mais desiguais. Os cerca de 14,2 milhões de adultos nesse decil têm renda média de R\$ 28,5 mil e capturam 55,5% dos rendimentos totais.

Depois do Brasil e do Qatar, onde o 1% detém 29% da renda, outros países com forte acúmulo no topo são o Chile (modelo liberal para muitos e proporcionalmente mais rico que o Brasil), o Líbano, os Emirados Árabes e o Iraque.

Segundo Marc Morgan, que analisa dados do Brasil no relatório, enquanto os mais ricos no país expandiram a renda no período favorável de 2001 a 2015 e os 50% mais pobres também tiveram ganhos, a classe média (os 40%

“do meio”) perdeu participação nos rendimentos totais, de 33,1% para 30,6%.

Assim, o Brasil seguiu tendência parecida à dos demais países do Ocidente, onde as classes médias perderam terreno, entre outros motivos, porque a Ásia ascendeu empregando mão de obra barata na produção industrial.

De uma forma geral, os muitos no Brasil continuaram acumulando ganhos elevados, sobretudo de capital. E as faixas mais pobres progrediram com o aumento da atividade em setores não industriais, menos especializados e que empregam muita gente, como construção e comércio.

No miolo, a classe média foi comprimida, entre outros fatores, pelo encolhimento da indústria de transformação, cuja participação no PIB caiu à metade nas duas últimas décadas, para cerca de 12%.

Desde 2001, segundo o relatório, enquanto a metade mais pobre do Brasil obteve um aumento de 71,5% em sua renda, e os 10% mais ricos, de 60%, a classe média (os 40% “do meio”) viu seus rendimentos crescerem menos: 44%.

Morgan avalia que o mesmo fenômeno de “compressão” da classe média que favoreceu Donald Trump nos EUA, a direita na Europa e que levou o Reino Unido ao brexit tenha ajudado também na eleição de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018 —com a ajuda extra do discurso anticorrupção e anti-PT que empurrou o eleitorado para a direita.

“O Brasil criou uma linha bastante dividida entre aqueles que ganharam mais e votaram no PT e essa classe média espremida que perdeu terreno nos níveis mais altos da distribuição de renda”, diz Morgan.

O paulistano Hélio Honório, 60, é um exemplo radical dessa precarização da classe média que, assim como em outros países, perdeu espaço para os asiáticos.

Pobre na juventude, Honório conseguiu montar uma pequena fábrica de bolsas em São Paulo que chegou a empregar 22 funcionários até o início dos anos 2000.

“Mas aí começaram a entrar os importados, e a coisa desmoronou. O preço deles nas lojas era o meu de custo”, lembra. “Tudo da China, que quebrou quase todo mundo.”

Para se adaptar, ele passou a vender produtos importados da Ásia na rua 25 de Março, chegando a faturar cerca de R\$ 2.000 em dias muito bons.

“Mudei para um apartamento de três dormitórios e entrei no financiamento de dois carros. Viviam bem, viajava, comia fora. Mas aí veio a crise, e tudo foi se perdendo.”

Em 2011, já havia se mudado com a mulher para uma quitinete em um bairro popular no centro. Alvo de agiotas, sua companheira se endividou e ele acabou perdendo tudo: o pouco capital que tinha e o negócio no maior centro de comércio popular da cidade.

Hoje, ele trabalha como camelô em uma esquina na Vila Olímpia onde consegue tirar menos de R\$ 2.000 limpos por mês. Separado da mulher, aluga um quarto na favela da Funchal, um conjunto precário de casas de madeirite espremido entre prédios luxuosos da região.

Como camelô, Honório integra o grupo de atividade que mais cresceu durante a crise: os trabalhadores por conta própria já são 24,1 milhões dos 93,3 milhões de ocupados.

São eles que contribuem para que não seja ainda mais elevada a taxa de desemprego de 12% em um país com 12,8 milhões de pessoas sem trabalho —3,3 milhões delas buscando alguma ocupação há pelo menos dois anos.

Apesar de sua decadência, Honório até conseguiu manter um rendimento exclusivo do trabalho próximo da média dos brasileiros, algo que não foi possível aos milhões que afundaram na crise.

Segundo dados do FGV Social, o total de pessoas que cruzaram a linha da extrema pobreza desde 2014, passando a viver com menos de R\$ 232 por mês, cresceu 33%.

Brasil seguiu tendência de outros países do Ocidente, com a classe média perdendo participação na renda

Somados, foram 6,3 milhões de brasileiros, o que elevou a 23,3 milhões o total de miseráveis — o equivalente a 11,2% da população. Mesmo assim, há muito menos pessoas na pobreza extrema hoje do que no início dos anos 2000, quando elas eram 28% do total.

Hélio Honório em São Paulo e Wallace Guimarães no Rio são exemplos de pessoas que Fernando Burgos, professor da escola de administração da FGV-SP, considera terem passado pelo que ele chama de “porta giratória” da desigualdade brasileira.

“É como se eles tivessem entrado por essa porta, visto o saguão do hotel e sentido o ar condicionado. Só que a porta continuou girando e eles acabaram saindo novamente.”

Na opinião de Burgos, apesar do aumento da renda dos mais pobres nos anos 2000 e da redução da pobreza ao longo das últimas décadas, as políticas sociais e as condições macroeconômicas do país não atacaram o que ele chama de “outras dimensões da pobreza”, de caráter estrutural.

Nesse sentido, o Brasil continuaria sendo um país com barreiras históricas e difíceis de romper que limitam a melhora das condições econômicas dos mais pobres — e com baixíssima mobilidade social.

“Se eu dissesse: ‘Vamos desenharmos um país que vai ter uma desigualdade muito grande, extrema, e que você não vai conseguir mudar isso facilmente’, não poderia ter pensado em nada melhor do que o Brasil”, diz Naercio Menezes, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper.

Além de alta, a desigualdade no Brasil seria persistente e presa a um “círculo vicioso” que começa no nascimento.

“Quem nasce pobre parte de um ambiente desfavorável, sem saneamento, com várias crianças na miséria e com pais que não têm a educação necessária para saber o que é importante”, diz Menezes.

“Depois, acaba em uma escola pública ineficiente, com problemas sérios de gestão e violência. E quando atinge o ensino médio, vai direto para o mercado de trabalho, o que não significa sempre um emprego formal”, resume.

Foi esse o caso de Wilton da Cruz, 24, entrevistado pela *Folha* durante ato em apoio ao presidente Jair Bolsonaro na avenida Paulista.

Depois de terminar o ensino médio em 2012, ele não teve a chance até agora, “por questões financeiras”, de ingressar em uma faculdade.

Mas, a partir dos 16 anos, já trabalhou como vendedor, entregador de panfletos em troca de R\$ 20 ao dia e, mais recentemente, na área de telemarketing. Agora, está desempregado há um ano, mesmo tendo terminado um curso técnico na área de plásticos.

Ao não cursar uma faculdade, Cruz terá sua renda limitada no futuro, pois uma graduação universitária costuma gerar o dobro da renda na comparação com quem tem só um ensino médio técnico.

A boa notícia é que, entre o início dos anos 2000 e 2018, o total de brasileiros com ensino superior passou de 7% para 17%, muitos deles negros que ingressaram na faculdade por meio de cotas.

Numa eventual recuperação econômica, eles tendem a se sair melhor e a ganhar mais.

Mas, diferentemente de outros países do Ocidente, onde a desigualdade cresce por mudanças em estruturas produtivas, o Brasil também teria, segundo especialistas, muitos privilégios a minorias pagos com dinheiro público e um alto índice de corrupção. Além de problemas “de partida”.

Isso incluiria a herança escravocrata, que ainda mantém os negros nas camadas socioeconômicas inferiores; mandonismos regionais; o

patrimonialismo que se apodera de recursos estatais ou emprega protegidos no setor público; políticas sociais destinadas a quem menos precisa; e uma estrutura tributária regressiva que cobra proporcionalmente mais impostos de quem ganha menos.

Ainda na economia, há pouquíssima abertura comercial (o país participa com 1,2% do comércio global) e competição limitada entre empresas, muitas envolvidas em corrupção — só os crimes denunciados na Lava Jato somam R\$ 6,4 bilhões em propinas.

Para a historiadora Lília Schwarcz, autora de “Brasil: uma Biografia” (com Heloisa Starling), além de ter sido destino de quase a metade dos 12 milhões de negros que saíram da África escravizados entre os séculos 16 e 19 e de ter sido o último país a abolir a escravidão nas Américas, em 1888, o Brasil não teve políticas de integração para os libertos.

O fato contribuiria até hoje para a manutenção da desigualdade. Representando mais da metade da população no país, apenas 40,3% dos

pretos e pardos maiores de 25 anos, por exemplo, chegaram ao fim do ensino médio.

“Fomos também uma colônia de exploração, com uma lógica econômica dada pela realidade e demanda externas. Assim, constituímos um país de grandes propriedades e mandonismos presentes até hoje”, diz Schwarcz.

Exemplo do peso desse passado, Luíza de Marillac Ferreira, 52, é neta de uma negra — filha de escravos — e de um português e mora no mesmo local em que o casal de avós se estabeleceu há muitas décadas na comunidade do Poço da Draga, no Ceará.

Antiga vila de pescadores e estivadores, a área é uma ilha de pobreza sem equipamentos públicos e saneamento, mas cercada de empresas e bares perto da famosa praia de Iracema, em Fortaleza.

Ali, Marillac é mais uma das que passaram pela “porta giratória” da desigualdade.

Em 2002, ela fez um curso de enfermagem e conseguiu dois empregos. Junto ao marido pedreiro, chegaram a ganhar R\$ 3.000 mensais.

Na época, comprou vários



eletrodomésticos e investiu na educação dos quatro filhos, três dos quais foram beneficiados por programas federais.

Em 2008, Marillac perdeu um dos trabalhos. Em 2014, o outro. Em 2015, foi a vez do marido ficar sem emprego.

“Passei a vender lanche na construção civil, mas não da-

va. Precisei de ajuda da minha mãe, que recebia um salário de aposentadoria”, diz.

Hoje, duas de suas filhas conseguiram sair do país, e a família vive com R\$ 1.072 que Marillac recebe como articuladora comunitária da Prefeitura de Fortaleza.

Muito em função da herança histórica, ainda são os estados pobres do Nordeste os que concentram as maiores desigualdades, o maior percentual de negros, alguns dos maiores latifúndios e os piores empregos do país.

Já o patrimonialismo concentrador de renda tem várias vertentes: salários e pensões elevadas de servidores; R\$ 376 bilhões em renúncias fiscais e subsídios a setores empresariais só neste ano; fundos de pensão estatais que financiam projetos inadequados; e até recursos para universidades públicas em detrimento do ensino básico.

Na média do Brasil, os salários no setor público são bem maiores do que os pagos em funções correspondentes na iniciativa privada. Em Brasília, no Distrito Federal, onde se concentra o maior núme-

ro de servidores, ganha-se, na média geral, 92% a mais do que no resto do país.

Para o economista Cláudio Hamilton dos Santos, a diferença revela a “desconexão” de Brasília com o Brasil.

Segundo ele, a proximidade dos servidores federais com a administração pública em Brasília aumenta o poder de barganha desse grupo na obtenção de aumentos, privilégios e aposentadorias quase sempre superiores ao teto de R\$ 5.839,45 no setor privado.

Eles são pagos sobretudo por meio da transferência anual de cerca de R\$ 14 bilhões da União para o Governo do Distrito Federal.

Equivalente a quase a metade da verba anual do Bolsa Família e a mais do que a receita líquida individual de 14 estados, 90% desse dinheiro é gasto só com pessoal.

Assim, a comunidade Sol Nascente, em Ceilândia, a menos de 30 km da Praça dos Três Poderes, poderia ser considerada um ícone da desigualdade brasileira — com seus 120 mil habitantes muito próximos da zona de maior remuneração média do país, o

Governo do Distrito Federal.

Ali quase não existem equipamentos públicos como escolas e delegacias, grande parte das casas não tem esgoto ou água encanada e muitas das ruas são de terra, com sujeira espalhada devido à precariedade na coleta de lixo.

Sem outra opção, foi no Sol Nascente que Márcilio Sales, 49, conseguiu se estabelecer quando chegou a Brasília, em 1997, fugindo da seca e da atividade rural no Piauí.

Trabalhando com artesanato no início, ele acabou empregado em uma empresa de manutenção e limpeza terceirizada pela Universidade de Brasília, na qual conseguiu aprender a ler e a escrever em um programa de alfabetização.

Com o salário de R\$ 900 e outros bicos, comprou um terreno na comunidade em que ergueu sua casa. Primeiro de madeirite; depois, de tijolos.

Mas em 2017 Sales foi demitido, após 20 anos de trabalho na universidade. “De lá para cá, não apareceu mais nada.”

Sem o salário, parte das atividades de um projeto que ele havia criado para dar aulas de reforço a crianças e para capa-

citar mães em costura foi suspenso, o que ajudou a piorar a situação da comunidade.

“Sem minha renda, tudo caiu: eu, o projeto, tudo. Estamos passando um sufoco danado”, diz Sales, que não recebe atualmente nenhum benefício social do Estado.

Para o economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, Ricardo Paes de Barros, não é pouco o que o Brasil gasta em suas várias políticas sociais. O problema, argumenta, é como o dinheiro é utilizado.

“O Brasil construiu uma rede de proteção social gigante. Mas gastamos dinheiro demais com transferências em diversos programas e de menos com igualdade de oportunidades para que todos partam do mesmo ponto”, diz.

“A coisa mais inteligente a fazer seria juntar tudo isso em uma única rede de proteção social em vez de ter um amontoado de programas.”

Segundo dados do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o Brasil gasta hoje na área social o equivalente a cerca de 25% do PIB. Na América Latina, o país só perde para a Argentina nesse quesito.

O gasto brasileiro, porém, é de pior qualidade, sobretudo devido a despesas previdenciárias que contribuem para concentrar a renda. Segundo o órgão, o Brasil gasta sete vezes mais com seus idosos do que com os jovens — ante quatro vezes na média da região.

O BID considera que nada menos do que 75% das transferências públicas no Brasil podem ser classificadas como “pró-ricos”, passando longe do objetivo ideal de equalizar as chances “de partida” das crianças e dos mais jovens.

Para o organismo internacional, o Bolsa Família é hoje disparado o melhor e mais efetivo programa de combate à pobreza e de distribuição de renda do país.

Dos 70 milhões de domicílios brasileiros, 9,5 milhões são atendidos pelo programa, que conta com orçamento anual de R\$ 31 bilhões, o equivalente a menos de um décimo dos incentivos fiscais concedidos a vários setores empresariais.

No total, são 14 milhões de mulheres (metade no Nordeste) que recebem, em média, R\$ 186 mensais com a contrapartida de manter os filhos

na escola e levá-los a postos de saúde — dois dos fatores considerados fundamentais para combater a desigualdade “na partida” da vida.

Para o economista e ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, o Bolsa Família é um programa “fantástico”. Por outro lado, diz, além de insuficiente para tirar as pessoas de um nível de renda muito baixo, ele acabou concentrado nas mãos de líderes em Brasília que podem usá-lo politicamente em ciclos eleitorais.

Para a maioria dos especia-

listas, o crucial para o combate sustentável à desigualdade seria o Brasil voltar a crescer, até para financiar ou ampliar programas sociais e de distribuição de recursos.

Assim como ocorreu nos anos 2000, o crescimento voltaria também a viabilizar a ascensão social via trabalho.

Entre 2004 a 2014, segundo dados do FGV Social e do IBGE, quase 80% do aumento da renda dos brasileiros veio de mais e melhores empregos.

Ao final daquele ciclo, a partir do biênio 2015-2016, quando o desemprego subiu, 4,1 milhões de famílias caíram para as classes D e E, ficando abaixo de um teto de renda mensal de R\$ 2.370, segundo a consultoria Tendências.

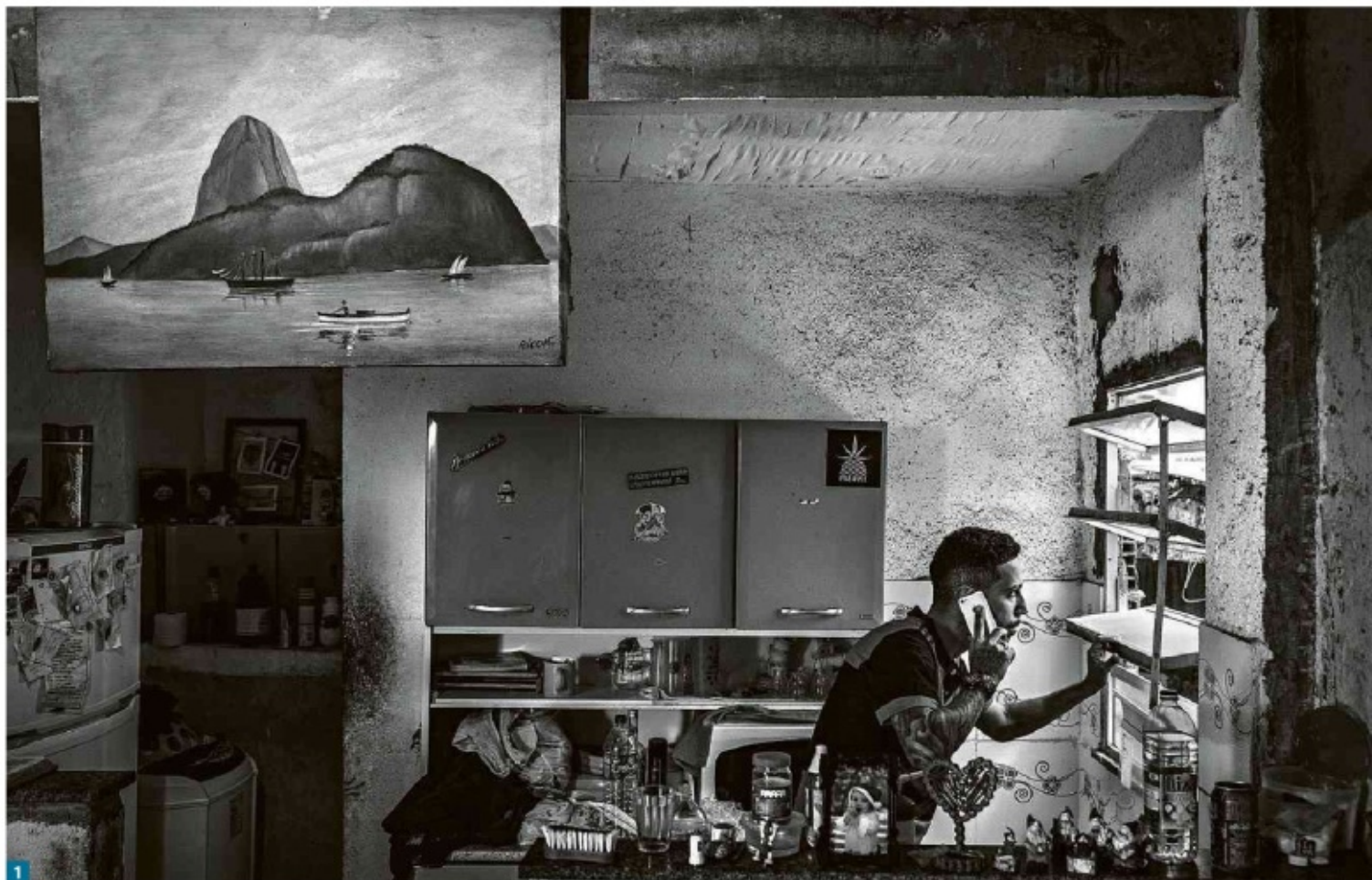
Isso anulou rapidamente a ascensão social registrada entre 2005 e 2012, quando o aumento dos rendimentos tirou 3,3 milhões de famílias da base da pirâmide.

Com a volta do crescimento econômico, mesmo que moderado, quase 4 milhões de famílias poderiam voltar a ascender às classes C, B e A até 2022. E voltar a representar quase a metade da população.

Sem mudanças estruturais, muitos no país passaram pela ‘porta giratória’ da desigualdade, com ascensão e queda na renda

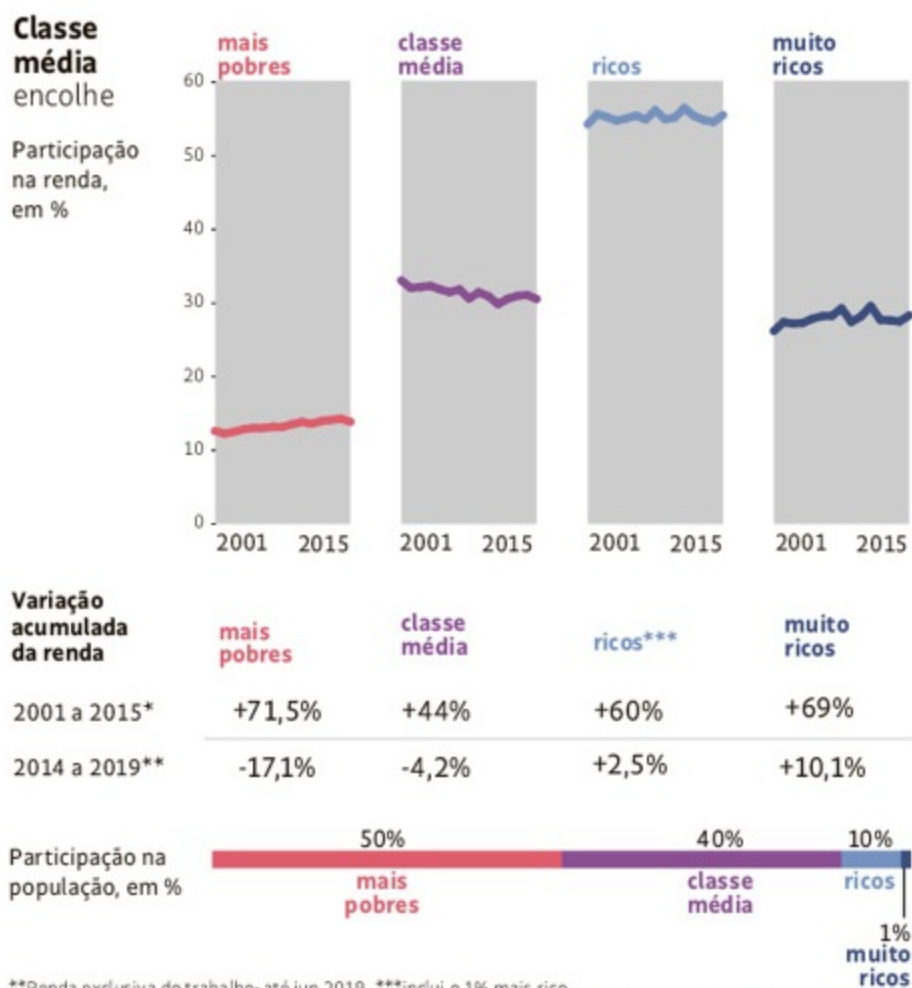


1 Da janela de sua casa no morro do Vidigal, no Rio, Wallace Guimarães tenta tranquilizar a mãe ao telefone enquanto procura saber se tiroteio entre traficantes e policiais na comunidade havia terminado **2** Em São Paulo, visitantes em feira de aviação executiva; atrás dos EUA, Brasil tem a segunda maior frota do gênero no mundo **3** Hélio Honório, que já foi pequeno empresário e agora trabalha como camelô, na janela do barraco em que vive na favela da Funchal, em São Paulo



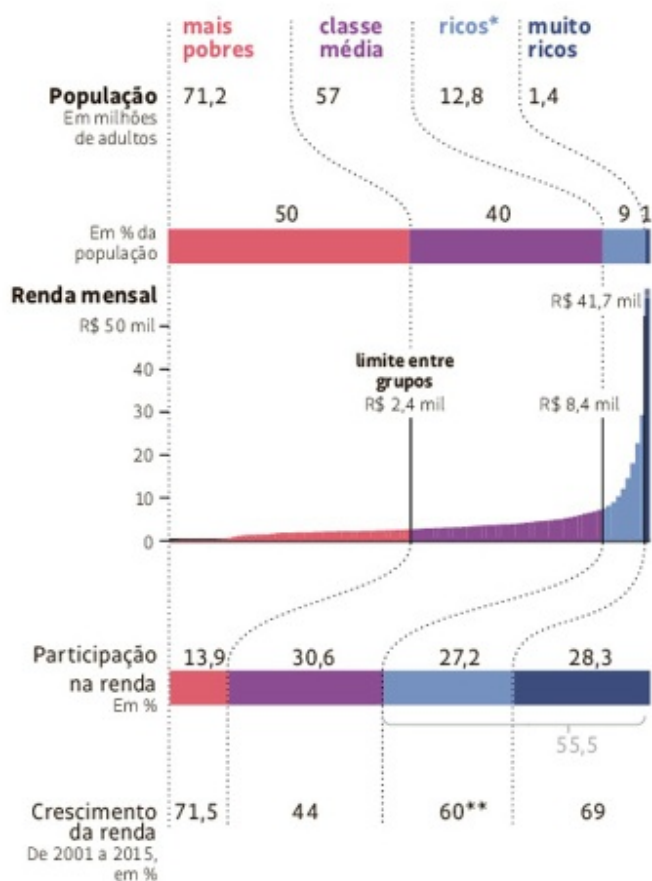




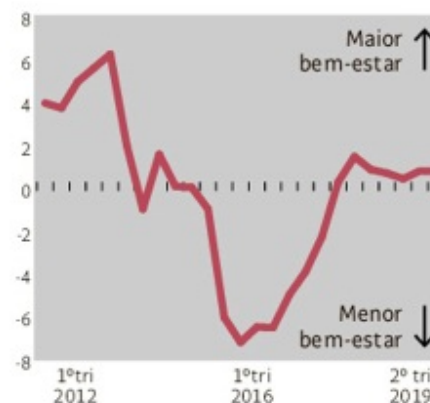


Renda exclusiva do trabalho; até jun.2019 *inclui o 1% mais rico

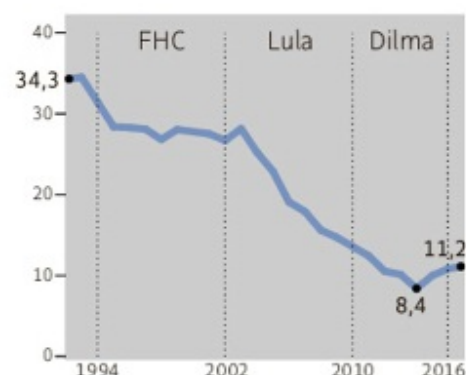
Fontes: Relatório da Desigualdade Global de 2018* e FGV Social**, a partir dos microdados da PNADC

Distribuição da renda no Brasil**Bem-estar social tem lenta recuperação**

Indicador leva em conta variação anual da renda e da desigualdade

**Pobreza extrema volta a crescer**

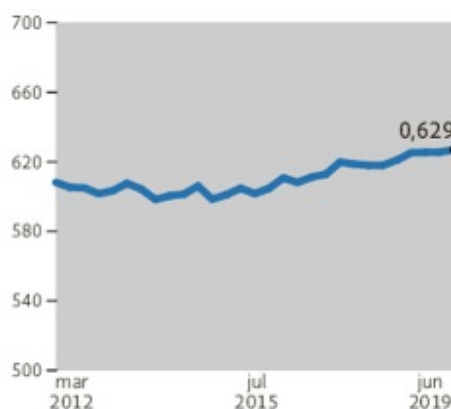
Percentual de pessoas com renda mensal inferior a R\$ 232/mês

**Ranking da concentração no topo**

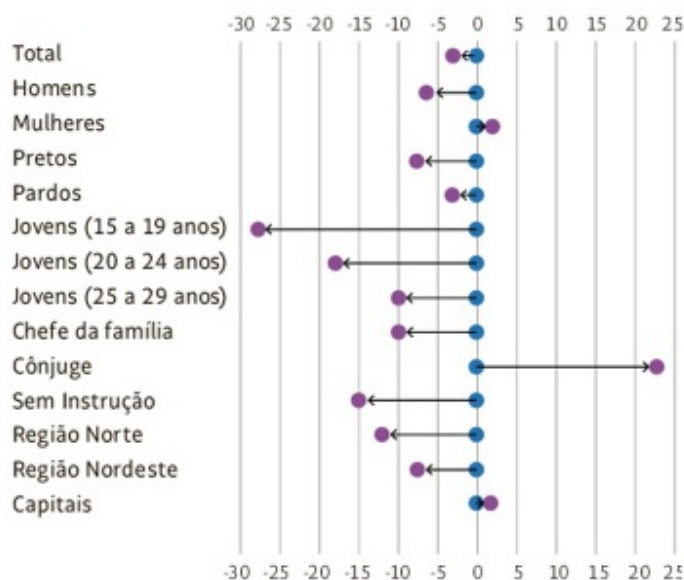
Participação do 1% mais rico na renda total, em %

**Desigualdade aumenta**

Índice Gini da renda do trabalho per capita (quanto mais perto de 1, maior a desigualdade)

**Quem ganhou e quem perdeu na crise**

Variação da renda do trabalho, em % 2014 → 2019



Fontes: FGV Social/CPS a partir dos microdados PNAD/IBGE, PNADC, Relatório da Desigualdade Global e WID *não inclui o 1% mais rico **inclui o 1% mais rico



Crianças na comunidade Campo do América, em Fortaleza; ao fundo, edifício Mansão Macedo, que conta com heliponto em seu topo. Foto de Leonardo Trindade

Marcelo Neri

Sem 'norte', serão 15 anos para Brasil voltar à pobreza de 2014

Após uma década perdida em termos de bem-estar social, país deveria integrar programas de combate à desigualdade ao Bolsa Família

ENTREVISTA

RIO DE JANEIRO Sem focar os mais pobres com programas específicos como o Bolsa Família, o Brasil pode demorar 15 anos até voltar ao mesmo patamar de pobreza de antes da crise, afirma o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

*

Como avalia a evolução da renda e da desigualdade no Brasil? O Brasil vinha em um processo de crescimento inclusivo até 2014. Daí para frente, vivemos o outro lado da moeda. Os rendimentos caíram, e a desigualdade da renda do trabalho aumentou por mais de quatro anos consecutivos, algo que não aconteceu nem em 1989, nosso recorde de desigualdade.

Com isso, a economia desaqueceu ainda mais, pois os pobres tendem a consumir boa parte de sua renda.

A pobreza também aumentou muito. Ela tinha caído, de 1990 a 2014, cerca de 75%. Agora, só a extrema pobreza subiu 40%. Uma combinação de queda da renda, desemprego e aumento da desigualdade gerou a reversão.

Não estamos voltando ao mesmo nível de pobreza que tínhamos antes de ela cair, felizmente. Mas a projeção é que, se não reduzirmos a desigualdade, mesmo crescendo 2,5% ao ano até 2030, nós vamos apenas voltar aonde estávamos em 2014.

Ou seja, precisamos fazer não só um combate à desigualdade mas à sua pior forma, que é a que afeta os mais pobres. É o que programas como o Bolsa Família ou educação pública podem fazer.

Quem mais ganhou e perdeu na crise? Ao contrário do período anterior em que a desigualdade caiu e grupos excluídos tiveram ganhos maiores, houve uma certa mistura. Os grandes afetados foram os mais jovens, que perderam 15% de sua renda no período todo da crise – enquanto a média perdeu 2,6%, porque houve uma queda e depois uma recuperação da renda média.

Negros e pessoas de baixa escolaridade perderam mais. No Nordeste e no Norte a perda também foi maior. As mulheres conseguiram ter algum ganho enquanto os homens perderam, diminuindo a desigualdade de gênero.

O único grupo que ganhou foi o das cônjuges, como uma estratégia de manutenção da renda na família.

Os últimos anos também foram de melhora para quem estudou mais, e como as mulheres são mais escolarizadas, elas conseguiram se destacar.

Mas foi um período de aumento de desigualdade no mercado de trabalho, que também havia sido, no período anterior, a grande causa da redução da desigualdade.

Como a desigualdade brasileira impacta no PIB? A desigualdade e seu aumento tendem a piorar o crescimento por vários canais, como o consumo da população, a violência que desestrutura atividade produtivas e a polari-

zação política que leva à instabilidade. Tudo isso é ruim. Se tivermos alguma retomada da renda média, ainda que tímida, se olharmos o bem-estar da nação, que leva em conta também a distribuição da renda, quase não existe recuperação. Ela é muito tênue.

É uma década perdida em termos de bem-estar social.

No boom das commodities dos anos 2000, a renda aumentou e a desigualdade caiu. Se houver um novo ciclo favorável, é possível retomar isso ou as coisas mudaram, como o fato de a população ter envelhecido? Acho que será necessária uma ação muito clara sobre a desigualdade e o tipo de desigualdade que queremos reduzir. Se for para reduzir a desigualdade no meio da distribuição de renda, não há mais recursos.

Se for para focar os mais pobres entre os pobres, podemos conseguir. Mas, se dependermos só do crescimento, teremos de andar 15 anos para voltar ao início da crise.

Tem que haver um combate direto à desigualdade. Mas o principal problema é que talvez a gente tenha perdido esse sentido, esse norte.

Para além dos efeitos da crise, tínhamos uma direção de combate à desigualdade. Mas saímos desse caminho do meio e estamos polarizados. Ou é só crescimento ou, como quer a esquerda tradicional, só a desigualdade.

Precisamos conciliar essas visões, porque se olharmos o progresso social que o Brasil teve, não foi só a renda crescendo e a pobreza caindo pós 1990.

A expectativa de vida aumentou, a escolaridade, que estava estagnada desde sempre, também cresceu. Só que essas mudanças não trouxeram impacto na economia.

As pessoas vivem mais, mas a gente não reformou a Previdência. A escolaridade aumentou, mas a produtividade do trabalhador, não.

Houve uma melhora na vida das pessoas, mas não uma responsabilidade econômica que desse sustentação a isso.

E agora vemos uma involução social. A própria expectativa de vida e a mortalidade

infantil começando a piorar.

A falta de contrapartida macroeconômica começa a afetar o lado social.

O aumento da renda e a queda da desigualdade se deram em um período em que o salário mínimo aumentou 74% acima da inflação em 15 anos. Foi uma boa política?

Tivemos uma política forte, mas que talvez tenha sido exagerada não só face ao alto desemprego corrente mas pelas transferências públicas.

O que figura no imaginário é que o salário mínimo é a grande fonte de combate à pobreza. Mas a verdade é que isso custa muito porque todas as políticas sociais, Previdência, seguro desemprego e abono salarial, por exemplo, estão indexadas ao salário mínimo.

A gente aumenta a despesa pública e, com a população envelhecendo, é um processo que não se sustenta.

Nos anos 1990, quando o governo FHC deu grande aumento para o salário mínimo, aquilo teve impacto na pobreza. E não tinha outra coisa a ser feita, porque não havia o Bolsa Família. Hoje temos outros instrumentos e, apesar disso, a gente meio que jogou dinheiro de helicóptero. Gastou com Previdência, com pobre e não pobre, com campeões nacionais.

O Brasil realmente adotou uma estratégia sem sustentabilidade, comprometendo o próprio recurso de combate à pobreza. Hoje, se a gente quiser fazer isso, vai ter que ser muito decidido e focado.

O instrumento que temos consolidado hoje é o Bolsa Família. É começar por aí? Por aí e desmontar coisas que não são tão boas. Porque, no Brasil, temos essa tradição de adotar cada vez mais programas e penduricalhos e de manter programas que não são muito bons.

É preciso também criar pontos entre os programas. O sujeito que sai do Bolsa Família vai para onde? Empreendedorismo, emprego formal? É preciso pensar na integração, e o Bolsa Família é uma boa base a partir da qual é possível fazer essas conexões.

Depois de 13 anos de PT, tivemos o impeachment, o governo Temer e a vitória da direita de Jair Bolsonaro. Isso tem a ver com a volta do aumento da desigualdade? Os indicadores sociais do Brasil estavam meio descolados do econômico. O PIB começou a andar de lado desde o começo da década, e o mercado de trabalho e a distribuição de renda continuaram a prosperar até 2014.

Mas, do ponto de vista psicossocial, a confiança da sociedade no governo federal, nas instituições e na avaliação de políticas públicas vem se deteriorando desde 2010.

Acho que atualmente é muito difícil tentar entender o Brasil sem ouvir os brasileiros, para além dos indicadores objetivos.

A gente tenta buscar um certo conforto no cenário global. Temos o [Donald] Trump, o brexit no Reino Unido, e o que aconteceu no Brasil faz parte do mesmo contexto. Faz, mas o grau brasileiro de desconfiança nas instituições é muito maior.

Em relação à aprovação das lideranças políticas antes da eleição de 2018, não é que o Brasil tenha a pior avaliação do mundo. É a pior da série, de dez anos. Não existe outro país, em toda a série histórica que acompanhamos, com desaprovação tão alta.

Isso refletiu nas eleições. Tem razões sociais e objetivas como desemprego e a desigualdade, mas tem uma raiz psicológica mais profunda.

Qual a sua avaliação sobre a desigualdade em perspectiva mundial? O aperto das classes médias tradicionais nos países desenvolvidos é um dado simbólico importante, que consegue explicar fenômenos como Trump e brexit. Só que, se olharmos para a desigualdade e distribuição de renda globais, ela melhorou nos últimos anos por conta dos milagres econômi-

contra os inimigos econômicos chinês e indiano, dois países que abrigavam metade dos pobres do mundo.

A classe média tradicional é o grupo perdedor das nações ricas, e essas pessoas acabam votando com base naquilo que elas conseguem enxergar, que é o seu país. E isso tem piorado no mundo.

E a polarização econômica tem levando também a uma polarização das ideias, com as sociedades cada vez mais divididas. Com muito de "nós contra eles", e vice e versa.

Isso acaba levando as pessoas a se agrupar nos extremos, em causas que se reforçam, ampliando conflitos.

Quais as razões de termos uma forte concentração no 1%? Por ter sido o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão, há muita desigualdade em nossas relações trabalhistas. A medida da renda do 1% mais rico tem se mantido alta não só pela renda do capital mas também pela do trabalho.

Destacamos a importância da empresa onde se trabalha, do acesso ao capital produtivo na determinação da desigualdade mais até do que a educação transmitida de pai para filho.

Os dados do Imposto de Renda que processei junto com Marcos Hecksher, do Ipea, também mostram os privilégios de uma casta de funcionários públicos ativos. Sem falar da previdência deles, que exacerba a desigualdade no topo.

Mas se os dados do Relatório da Desigualdade Global mostram uma altíssima concentração de renda no topo, eles também indicam um país muito mais próspero, não só na fotografia atual como no filme ao longo do tempo.

A taxa de crescimento da renda média nos últimos oito anos da série seria seis vezes mais rápida que a do PIB. Ou seja, se os novos dados trazem más notícias, há também boas notícias para um observador mais atento. **FC**



Lalo de Almeida/Folhapress

Marcelo Neri

PhD em Economia pela Universidade de Princeton e mestre na área pela PUC-Rio, é diretor do FGV Social e fundador do Centro de Políticas Sociais da FGV; foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e é autor de livros sobre a nova classe média brasileira e políticas de microcrédito, entre outros